

Clipping n° 965

, 27 Fevereiro 2012 - 12:04:54

Centrais sindicais debatem no Senado fim do fator previdenciário A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado realiza, nesta segunda-feira (27), audiência pública para debater o fim do fator previdenciário e o reajuste salarial dos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo. O requerimento da audiência é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). O debate vai girar em torno da proposta do governo de criar a fórmula 85/95 ou 95/105, em que a soma de contribuição e de idade deve ser de 85 ou 95 para mulheres e de 95 ou 105 para homens. O governo não deve permitir a extinção pura e simples da Lei 9.876/99, criada durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Foram convidados os presidentes centrais sindicais Artur Henrique da Silva (CUT), Wagner Gomes (CTB), Ricardo Patah (UGT), José Calixto Ramos (Nova Central), Ubiraci Dantas (CGTB) e Paulo Pereira da Silva (Força Sindical). E ainda o coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) José Augusto, o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) Warley Martins Gonçalves e um representante da CSP-Conlutas, Atângoras Lopes. Também participam o secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Eduardo Gabas, e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) Álvaro Sólón de França. A reunião inicia às 9h, no anexo II, da Ala Senador Nilo Coelho, no plenário 2, do Senado.

Balança comercial registra superávit de US\$ 370 milhões na 3ª semana do mês Com cinco dias úteis (13 a 19), a terceira semana de fevereiro teve superávit de US\$ 370 milhões, com média diária de US\$ 74 milhões. No período, as exportações fecharam em US\$ 4,703 bilhões (média diária de US\$ 940 milhões) e as importações em US\$ 4,333 bilhões (média diária de US\$ 866 milhões), resultando em um comércio (soma das duas operações) de US\$ 9,036 bilhões, com média por dia útil de US\$ 1,807 bilhão. A média das exportações da terceira semana foi 2,2% inferior à média de US\$ 961,4 milhões registrada nas duas primeiras semanas do mês. O resultado decorre da retração nas exportações de produtos manufaturados (-10,2%) e semimanufaturados (-0,7%). Celulose Online

Sebrae diversifica esforços por exportações O Sebrae, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e outras 12 instituições nacionais, participa do Plano Nacional da Cultura Exportadora 2012-2015, que será implementado a partir de abril. A iniciativa visa a incrementar a participação das micro e pequenas empresas (MPE) nas exportações brasileiras. Apesar de crescerem em ritmo mais acelerado que as exportações em geral, as vendas das MPE para o exterior respondem por cerca de 1% do total comercializado pelo País. O Plano é uma das ações das quais o Sebrae participa para elevar o volume exportado e a quantidade de empreendimentos que vendem ao exterior. Apesar de representarem 99% das empresas brasileiras, as MPE integram menos da metade dos exportadores (46%). Para ajudá-las a ampliar esse fôlego, o Sebrae oferece ferramentas que capacitam o empreendedor para conquistar o mercado estrangeiro. Mais informações sobre o mercado externo podem ser obtidas no site do Sebrae. Agência Sebrae de Notícias

TST permite que candidatos a emprego tenham vida devassada A decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) de permitir que empresas consultem o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) sobre dívidas de candidatos a emprego causa

polêmica. Ao mesmo tempo que irrita sindicalistas, a sentença que reconhece o direito do contratante sobre a vida pregressa do trabalhador ganha o respaldo de advogados especializados na área. Tudo começou com uma denúncia anônima, feita em 2002, de que o supermercado G. Barbosa, de Sergipe, adotava a prática discriminatória ao não contratar pessoas que, mesmo satisfazendo os requisitos para admissão, estivessem com o nome sujo na praça. Agora, a disputa pode voltar ao próprio tribunal ou até mesmo ir parar no Supremo Tribunal Federal (STF). O procurador-geral do trabalho Luís Camargo, de Brasília, anuncia que vai recorrer da decisão da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), de 23 de fevereiro, que permitiu a consulta de pendências ao SPC. A seu ver, além de discriminatória, a prática caracteriza invasão de privacidade dos candidatos ao emprego. **Indignação** A medida causou indignação entre trabalhadores e sindicatos. A Força Sindical, por exemplo, estuda uma maneira para pedir a anulação do julgamento. O caso é alvo de divergências até entre especialistas. Alguns deles, ouvidos pelo Correio, apresentaram argumentos contra e a favor à interpretação do TST. Ricardo Trotta, especializado em direito empresarial, é cauteloso quanto à decisão. Ele alerta que a medida afeta não só o candidato devedor, mas também os credores. "Se a pessoa não conseguir emprego, vai ser mais difícil honrar as dívidas. É uma questão que fere o direito econômico", pondera. Trotta lembra também que, corriqueiramente, as empresas cadastram consumidores indevidamente no SPC, sem que o trabalhador nem sequer saiba que está com o nome sujo. "Há casos de pessoas que passam anos sem se dar conta disso", acrescentou Trotta. Foi o que aconteceu com a pedagoga Meiri Fabíola Andrade, 34 anos, que teve o nome negativado depois do extravio de conta. "Meu nome entrou no cadastro do SPC por erro de uma grande loja, que mandou o cartão e as correspondências para o endereço trocado. Se o empregador consultasse o cadastro, meu nome seria encontrado e eu seria prejudicada, perdendo uma oportunidade de emprego", alertou.

Para advogado, decisão está correta Para Paulo Sérgio João, advogado especializado em direito trabalhista, a decisão do TST está correta. Ele defende que o comportamento social dos candidatos deve, sim, ser avaliado pelas empresas na hora da contratação, para prevenir danos ou prejuízos futuros causados por comportamento inadequado da pessoa contratada. "Não há sentido em o Ministério Público recorrer, já que o próprio cargo de procurador do trabalho exige certidões negativas", sustentou. Camargo rebate. Na sua visão, as exigências para postos públicos ou para empregos comuns no mercado de trabalho devem considerar a diferença da natureza dos cargos. Entre os que buscam emprego, a repercussão do julgamento do TST foi bastante negativa. A empregada doméstica Mônica Cristina Feitosa de Lima, 42 anos, procura emprego na área de serviços gerais e é contrária à consulta ao SPC por empregadores. "Onde já se viu não dar emprego porque a pessoa tem dívida? Sem trabalho, ela não pode pagar o que deve", protesta. A técnica de enfermagem Zenaide Vieira, 47, também considera injusto que a vida financeira do candidato seja vasculhada pelo empregador. "Não se pode tirar o emprego de quem quer trabalhar. Já enfrentamos problemas por conta da idade depois dos 40 anos e, agora, vamos ter que passar por mais essa", desabafou.

Base legal A Justiça de Sergipe chegou a propor a assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o supermercado G. Barbosa para suspender as pesquisas ao SPC, mas o estabelecimento se recusou a mudar de postura. Em recurso de apelação civil pública, o Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE) deu ganho de causa ao supermercado, que foi confirmado pelo TST.

"Pagar as contas atrasadas" O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, mostrou-se surpreso. "A primeira coisa que o trabalhador faz ao conseguir um emprego é pagar as contas atrasadas. Isso (o uso da consulta ao SPC como critério de seleção) vai incentivar a informalidade", argumenta. Para ele, a medida é inconstitucional e pode ser questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), com base no artigo da Constituição Federal que estabelece como objetivos fundamentais do país "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". O procurador-geral do trabalho Camargo explica que, assim que for intimado, vai avaliar o processo e preparar uma pesquisa sobre decisões divergentes em casos semelhantes julgados pelo próprio TST. Se houver controvérsia, um recurso de embargo poderá ser apresentado ao próprio tribunal. "Uma coisa é certa: seja no TST ou seja no STF, irei recorrer", assegura. Procurado, o relator do recurso no TST, ministro Renato de Lacerda Paiva, não quis dar entrevista. (Fonte: Correio Braziliense)

Receita Federal libera programa do Imposto de Renda 2012 A Receita Federal liberou na manhã desta sexta-feira o programa para os contribuintes elaborarem a declaração do Imposto de Renda pela internet. O programa está disponível para os sistemas Windows, Macintosh e Linux. Baixe o programa e veja mais informações sobre o IRPF 2012. Baixe também o programa para enviar a declaração à Receita Federal. Confira a página especial do iG sobre o Imposto de Renda. Tire suas dúvidas sobre a declaração do Imposto de Renda. Além do IRPF 2012, o contribuinte que pretende fazer a declaração pela internet deve baixar outro programa, o ReceitaNet, responsável por transmitir o documento para os servidores da central de processamento da Receita Federal. A Receita Federal espera que 25 milhões de contribuintes entreguem a declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2012, ano base 2011. No ano passado, 24,3 milhões de pessoas prestaram contas à Receita. O contribuinte deverá entregar a declaração entre 1º de março e 30 de abril pela internet ou em disquete nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal. A partir deste ano, os formulários de papel não serão mais utilizados para a prestação de contas ao Fisco.

Como se organizar para a declaração do imposto de renda A pessoa física que teve rendimentos tributáveis com valor superior a R\$ 23.499,15 em 2011 está obrigada a apresentar a declaração. Aqueles que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40 mil, também devem prestar contas ao leão. A declaração também é obrigatória para quem obteve, em qualquer mês de 2011, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

Regras para declaração do IR serão praticamente iguais às de 2011 Quem tiver a posse ou a propriedade, em 31 de dezembro de 2011, de bens ou direitos, de valor total superior a R\$ 300 mil, também deve declarar IR neste ano. O contribuinte que perder o prazo para entregar a declaração à Receita estará sujeito a uma multa mínima de R\$ 165,74 e máxima de 20% do total do imposto devido. O saldo do imposto poderá ser pago em até oito quotas mensais com valor mínimo de R\$ 50. A primeira parcela ou parcela única vence no dia 30 de abril. Portal IG SP

Jorge Caetano Ferminopj